



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30/01/2017**  
**(Contém folhas)**

**ATA Nº 02**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Jorge Alves Custódio	(PSD)
<b>Vereador:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

*Faltaram os seguintes membros:*

**Presidente:**  
**Vereadores:**



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**REUNIÃO DE 30/01/2017**

**ATA Nº 01**

----- Aos trinta dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezassete, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária realizada no dia 09 de janeiro de 2017 foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

**I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES**

**II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**2 - CÂMARA MUNICIPAL**

**2.1 - Minuta de Protocolo entre Município de Pampilhosa da Serra e EDP Distribuição Energia, S.A. - Novo Anexo I**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente a minuta de Protocolo, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e a EDP Distribuição - Energia, S.A., cujo objeto incide na alteração do Anexo I ao contrato de concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão, celebrado entre o Município e a EDP Distribuição. Nos termos da redação constante do Anexo ao Protocolo e que dele faz parte integrante, consta a definição dos tipos "correntes" de níveis de iluminação, luminárias, lâmpadas, apoios e braços a utilizar na iluminação pública do Município.-----

----- Com a assinatura do presente protocolo, as luminárias LED constantes do Anexo I integram o conceito de "Luminária de Utilização Universal".-----

----- A Câmara Municipal, após análise da minuta do Protocolo, deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. --

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta.-----

#### **2.2 - CIM - Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra**

##### **- Acordo Entre Parceiros no âmbito do Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.**

----- Na sequência da Reunião de Operacionalização do Plano de Combate ao Abandono Escolar e Promoção de sucesso Educativo, realizada na CIM, foi presente a minuta do Acordo entre Parceiros no âmbito do Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, que tem por finalidade:-----

----- - Assegurar a boa execução e a operacionalidade da candidatura apresentada ao convite sob o Aviso nº CENTRO-66-2016-15, no âmbito da Prioridade de Investimento 10.i e tipologia de operação "Iniciativas integradas e inovadoras de combate ao insucesso escolar", que tem por objetivo "Aumentar as intervenções que de forma integrada e articulada favoreçam as condições para o reforço da igualdade no acesso ao ensino, a melhoria do sucesso educativo dos alunos, e o reforço da qualidade e eficiência do sistema de educação".-----

----- - Explicitar o âmbito da parceria, as obrigações da entidade coordenadora e dos parceiros, a responsabilidade conjunta das partes, resultados a contratualizar, modo de funcionamento da parceria, assim como questões referentes à contrapartida nacional e despesas não elegíveis.-----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara para assinar.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta.-----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

### 3 - DIVISÃO FINANCEIRA

#### 3.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

##### 3.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 26 de janeiro de 2017, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----  
----- De operações orçamentais: 1.870.545,78 € (um milhão, oitocentos e setenta mil quinhentos e quarenta e cinco euros e setenta e oito cêntimos); -----  
----- De operações não orçamentais: 258.412,19 € (duzentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e doze euros e dezanove cêntimos), num total de 2.139.281,18 € (dois milhões cento e trinta e nove mil duzentos e oitenta e um euros e dezoito cêntimos).-----  
----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

##### 3.1.2 - ADXTUR - Acordo de Parceria 2017

----- Foi presente uma informação do Serviço de Contabilidade, do seguinte teor: -----  
----- “ Entre o Município de Pampilhosa da Serra e ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, foi celebrado um acordo de parceria em 15 de setembro de 2008. -----  
----- Considerando que as Entidades mantêm os termos e condições previstas no citado acordo, cabendo ao Município o valor de 640,00€/mês, para financiamento dos recursos humanos e materiais a disponibilizar pela ADXTUR aos parceiros, informa-se que é necessário dar cumprimento à Cláusula Quarta do referido Acordo de Colaboração para o ano de 2017. Em anexo segue comprovativo dos Fundos Disponíveis.” -----  
----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----  
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

##### 3.1.3 - Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento - Transferência de verbas para 2017

----- Foi presente uma informação do Serviço de Contabilidade, do seguinte teor: -----  
----- “ O Município de Pampilhosa da Serra é associado da Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento. No ano de 2016 transferiu para a Associação 500,00 €/mês para fazer face às



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*despesas que lhe pertencem nos encargos com a referida Associação.* -----

----- Para proceder à transferência do mesmo valor no ano de 2017, é necessário deliberação de Câmara. Segue em anexo comprovativo dos Fundos disponíveis." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.1.4 - ADESA - Associação de Desenvolvimento da Serra do Açor**

##### **- Transferência de verbas para 2017**

----- Foi presente uma informação do Serviço de Contabilidade, do seguinte teor: -----

----- " O Município de Pampilhosa da Serra é associado da Adesa - Associação de Desenvolvimento da Serra do Açor. No ano de 2016 transferiu para a Adesa o valor de 4.000,00 €/mês, respeitante à quota-parte da responsabilidade desta Autarquia para fazer face aos encargos financeiros da Associação. -----

----- Para proceder à transferência do mesmo valor do ano 2017, é necessário deliberação de Câmara. Segue em anexo comprovativo dos fundos disponíveis." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.1.5 - ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses**

##### **- Quota 2017**

----- Foi presente uma informação do Serviço de Contabilidade, do seguinte teor: -----

----- " O Município de Pampilhosa da Serra recebeu um ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses com a referência CIR\_76/2016AR, datado de 21-09-2016, no qual foi informado que de acordo com os n.ºs 1 e 2 do artigo 31 dos Estatutos da ANMP, o valor da quota para o ano de 2017 nos Municípios até 10.000 eleitores, é de 4.258,16 €. -----

----- Em reunião de 19-10-2016 a Câmara Municipal tomou conhecimento. Solicita-se assim, que seja deliberado transferir o referido montante. Segue em anexo, comprovativo de Fundos Disponíveis." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 4 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

##### 4.1 - SERVIÇOS JURÍDICOS

##### 4.1.1 - Fração B, do II Pavilhão sito na Zona Industrial do Alto das Aldeias, em Pampilhosa da Serra

- Arrendatária: Electric PP - Eletricidade e Telecomunicações, Lda
- Restituição do Imóvel e Plano de Pagamento em Prestações

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- Considerando que deu entrada nesta Autarquia, um requerimento com registo nº 12.390, datado de 08/11/2016, dirigido ao Senhor Presidente da Câmara, subscrito pelo sócio e gerente da sociedade supra identificada, Senhor Paulo Jorge Pires Barata, cujo teor principal é o seguinte: -----

----- “.... Vem requerer a V.Exª o pagamento em prestações, da dívida reconhecida ao Município de Pampilhosa da Serra, pelo valor de 2.164,06 (dois mil cento e sessenta e quatro euros e seis centimos), respeitante às rendas em falta, da Fração B, do I Pavilhão sito na Zona Industrial do Alto das Aldeias, em Pampilhosa da Serra, na sequência da resolução do contrato de arrendamento, atenta a deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 12/09/2016. Mais requer, que seja concedida em 24 prestações pelo montante de 90,00 € (noventa euros), sendo a última no valor de 94,06 € (noventa e quatro euros e seis centimos)”. -----

----- Face ao requerimento subscrito pelo sócio e gerente da sociedade em questão, informam os Serviços Jurídicos que à data da resolução do contrato o valor em débito por falta de pagamento das rendas da sociedade em questão, na qualidade de arrendatária, era de 2.164,06 (dois mil cento e sessenta e quatro euros e seis centimos), correspondente ao mês de dezembro de 2015 dos meses de janeiro a outubro de 2016. -----

----- Tendo em conta que, a dita sociedade só restituiu a posse do imóvel com a entrega das chaves em 04/01/2017, ao valor em débito acrescem mais 3 meses de renda, referentes a novembro, dezembro e janeiro de 2017, sendo o montante global de 2.754,52 € (dois mil setecentos e cinquenta e quatro euros e cinquenta e dois centimos). -----

----- Face ao exposto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte: -----

----- Aceitar o Plano de Pagamento em prestações da dívida pelo montante de 2.754,52 € em 24 prestações, iniciando-se a 1ª prestação em 1 de março de 2017, e todas as outras até integral pagamento da dívida são exigidas ao dia 1 de cada mês; -----

----- Mais deliberou, que a falta de pagamento de qualquer das prestações constantes do Plano de Pagamento, dentro do prazo estipulado pela Câmara Municipal, determinam o imediato vencimento de todas as prestações que estiverem em dívida, acrescidos dos respetivos juros de mora. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **4.1.2 - Pedido de Renovação do Contrato de Arrendamento da Fração A, do I Pavilhão da Zona Industrial do Alto das Aldeias, Freguesia de Pampilhosa da Serra**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- *“Na sequência do requerimento com o Registo de entrada nº 0912, datado de 23-01-2017, subscrito pelo Sr. Carlos Alberto Fernandes Carlota, sócio gerente e legal representante da sociedade por quotas “TÁXI SIMÕES & CARLOTA, LDA.”, arrendatária, da Fração A, do I Pavilhão da Zona Industrial do Alto das Aldeias, em que solicita a esta Autarquia a renovação do contrato de arrendamento daquela fração, celebrado em 1 de agosto de 2008, por mais um ano, cumpre informar que dispõe a Cláusula Terceira do contrato em questão: -----*

----- *“Cláusula Terceira - Duração do Arrendamento -----*

----- O arrendamento tem início na data de assinatura do presente Contrato, sendo feito pelo período de cinco anos, renovável a requerimento do SEGUNDO OUTORGANTE, com uma antecedência mínima de seis meses, relativamente ao termo do prazo inicial ou dos prazos de renovação, e com o acordo do Município de Pampilhosa da Serra, por períodos sucessivos de um ano, até ao limite máximo total de vinte anos”. -----

----- *Informo ainda que, as rendas pagas pela arrendatária correspondem a dois meses em conjunto e o último pagamento foi em 03/01/2017, o próximo pagamento correspondente aos meses de dezembro de 2016 e janeiro de 2017 será pago em fevereiro de 2017. -----*

----- *Mais informo que, o prazo de validade do prémio de seguro da arrendatária em questão termina em 12/05/2017. -----*

----- *Assim, a arrendatária em questão cumpriu o prazo de antecedência mínima prevista contratualmente, podendo a Câmara Municipal, querendo, anuir a renovação do contrato de arrendamento por mais um ano, a contar de 1 de agosto de 2017. “ -----*

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade renovar o referido contrato de arrendamento, por mais um ano, a contar de 1 de agosto de 2017. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **4.1.3 - Comissão de Melhoramentos do Esteiro**

**- Pedido de apoio financeiro destinado a comparticipar as obras da Casa de Convívio de Esteiro**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente um e-mail da Presidente da Direção da Comissão de Melhoramentos do Esteiro, com registo de entrada nº 321, datado de 09 de janeiro de 2017, a solicitar apoio financeiro, para as obras de requalificação / beneficiação da Casa de Convívio do Esteiro, nomeadamente no 1º andar, devido ao seu estado de degradação, bem como obras de remodelação das casas de banho, kitchenette, pinturas, instalação elétrica e tubagens de abastecimento de águas e águas residuais. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, tendo em conta a informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade transferir para a Comissão de Melhoramentos do Esteiro, a importância de 10.000,00 € (dez mil euros), para os fins supra mencionados, mediante Protocolo, cuja minuta foi presente e, depois de analisada, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **4.1.4 - Relatório anual de execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas - 2016**

----- Foi presente uma Informação do Gabinete Jurídico, do seguinte teor: -----

----- *“ Para efeitos do disposto nos números 1 e 2 do artigo 9º da lei nº 54/2008, de 4 de setembro, de acordo com a alínea d) do item 1.1 da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, datada de 1 de julho de 2009 e do ponto IV do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Pampilhosa da Serra, aprovado em 10/03/2016, submete-se à apreciação de Sua Exª o Senhor Presidente da Câmara Municipal e à aprovação da Câmara Municipal o relatório anual sobre a execução do Plano, anexo à presente Informação. -----*

----- *Após aprovação, o mesmo deverá ser remetido ao Conselho de Prevenção da Corrupção, ao Tribunal de Contas e à Inspeção-Geral das Finanças, devendo também ser publicitado no site do Município. -----*

----- *À consideração superior.” -----*

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e proceder de acordo com o teor da Informação do Gabinete Jurídico. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **4.2 - TAXAS E LICENÇAS**





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 4.2.1 - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra - Passeio TT em 02-04-2017

##### - Pedido de Isenção de Taxas

----- Foi presente um Requerimento da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, a solicitar a isenção do pagamento de taxas respeitante ao licenciamento do Passeio TT, que irá ocorrer neste Concelho em 02-04-2017.-----

----- Relativamente ao solicitado, foi presente uma informação dos Serviços de Secretaria - Taxas e Licenças, tendo por base o Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra em vigor, bem como apresentados os valores do licenciamento, que são os seguintes: -----

----- - Taxa pela apreciação de pedido para a emissão de Licença - 35,53 €; -----

----- - Licença de Provas Desportivas - 11,12 €. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade isentar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

## 5 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

### 5.1 - GABINETE DE APOIO AO MUNICIPE E EMPRESÁRIO

- #### 5.1.1 - Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra
- Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro
  - Candidatura no âmbito da segunda renovação referente a Ana Paula Francisco de Freitas

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Apoio ao Múncipe e Empresário, do seguinte teor: -----

----- " Deu entrada nos Serviços desta Autarquia, em 16 de janeiro de 2017, sob o registo nº 662, um Requerimento/Candidatura, subscrito por Jorge Manuel Branco Moreira, na qualidade de Presidente da Direção da Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro, associação com sede na Av. José António Areosa, nº 1, 3320-312 Pessegueiro, NIPC 500864519, no âmbito do Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra, cujo Regulamento foi publicado na 2ª série do Diário da República, nº 193, datado de 2 de outubro de 2015.-----

----- Este novo Requerimento/Candidatura é apresentado pela coletividade em conformidade



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*com o disposto no nº 2, do artigo 4º, do Regulamento de Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra, que refere que "A manutenção do posto de trabalho, para além dos 12 meses previstos no nº 1 e a consequente renovação do respetivo contrato de trabalho, até ao período máximo de três anos, faculta à associação beneficiária o direito de solicitar a atribuição de novo subsídio não reembolsável, mediante a apresentação de novo requerimento/candidatura, de igual valor (5.000,00 €) aquando da renovação do respetivo contrato de trabalho em causa, por igual período de tempo, até ao limite máximo de duas renovações."*-----

*----- Consta-se ainda que a Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro apresenta o Requerimento/Candidatura conforme o disposto no artigo 8º do Regulamento, anexando ao mesmo os documentos, de acordo com a Grelha de Verificação, que se anexa à presente informação. -----*

*----- Para usufruir deste incentivo, a Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro refere que o posto de trabalho que criou, conforme consta do requerimento e cópia do contrato de trabalho em anexo, visa desenvolver atividades de Serviços Gerais na área da restauração. -----*

*----- Mais se informa que, de acordo com o disposto no artigo 8º, ponto "5.2.1 - "Elaboração de informação no sentido de estarem cumpridos os pressupostos definidos no presente Regulamento, para atribuição do Incentivo e consulta aos Serviços Financeiros da Autarquia a fim de aferir a existência de fundos disponíveis e o demais, visando o cumprimento da legislação que sobre a matéria estiver em vigor" do referido Regulamento, informa-se que o apoio financeiro tem compromisso na rubrica 0102 040701 430 2016/6038 Acc.1, com o Número Sequencial 21906, conforme informação dos Serviços Financeiros, datada de 2017-01-25."-----*

*----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar. -----*

*----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----*

## 5.2 - GABINETE FLORESTAL E AGRICULTURA

### 5.2.1 - Candidatura PDR 2020

*----- Foi presente uma informação da Divisão de Desenvolvimento Municipal, do seguinte teor: -----*

*----- " Ao abrigo do Programa de Desenvolvimento Rural - PDR2020, o Município de Pampilhosa da Serra vai efetuar uma candidatura à Operação 20.2.4, Área 4 - Observação da Agricultura e dos Territórios Rurais - Área Temática - Inovação. -----*

*----- As ações previstas na candidatura são relacionadas com eventos e sessões de trabalho subordinado ao tema "Valorização Rural do Território com base nos contributos das Fileiras do Medronheiro, Apicultura e Floresta de Uso Múltiplo". -----*

*----- Esta candidatura está estimada para um valor aproximado de 50.000,00 euros (cinquenta*



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

mil euros). -----

----- Em anexo, segue para aprovação em reunião de Câmara, o Plano de Ação da referida Operação 20.2.4, para assim, ser incluído no formulário de Candidatura.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 5.2.2 – Parceria na candidatura apresentada pela Pinus Verde ao PDR 2020

----- Foi presente uma informação da Divisão de Desenvolvimento Municipal, do seguinte teor: -----

----- “ A Pinus Verde – Associação de Desenvolvimento Integrado da Floresta, com o NIF nº 504 459 911, sediada em Bogas de Cima, solicitou ao Município de Pampilhosa da Serra parceria para este entrar na candidatura apresentada pela Pinus Verde à Operação 20.2.4, Área 4 – Observação da Agricultura e dos Territórios Rurais. -----

----- O Contributo do Município de Pampilhosa da Serra para esta parceria seria cedência, a título gratuito e apoio logístico para a realização de colóquios, no auditório do Edifício Monsenhor Nunes Pereira. -----

----- A referida candidatura contempla uma verba no valor de 5.000 euros, com financiamento a 100%. Esta verba vai para o Parceiro-Município de Pampilhosa da Serra para este suportar os custos com o orador do colóquio (alimentação, estadia, deslocação). Caso a candidatura da Pinus Verde seja aprovada. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 5.3 - TURISMO

##### 5.3.1 – BTL 2017 - Bolsa de Turismo de Lisboa

----- Foi presente uma Informação do Gabinete de Turismo, do seguinte teor: -----

----- “ No seguimento da estratégia de marketing territorial elaborada por este Município para a área do turismo, consideramos extremamente adequado a participação/representação do Município de Pampilhosa da Serra na Bolsa de Turismo de Lisboa-2017. A participação irá refletir-se na promoção e divulgação da marca de destino “Pampilhosa da Serra Inspira Natureza”. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Em relação ao stand, informamos das características físicas e os valores de custo relativamente à participação: -----

- - Stand de 4 frentes, 81 m<sup>2</sup>; -----
- - Valor do espaço: 109,00 € (4 frentes) x 81 m<sup>2</sup> = 8.829,00 €; -----
- - Quota de inscrição: 160,00 €; -----
- - Consumo de energia: 233,28 €. -----

----- Mais informamos que ao valor da soma de todos os itens é de 9.303,28 €, acresce o valor do IVA de 2.139,75 €, totalizando o valor de 11.443,03 € e será pago a AIP – Feiras, Congressos e Eventos, com sede no Edifício FIL, Rua do Bojador, Parque das Nações, 1998-010 Lisboa e com o número de contribuinte nº 503657891.” -----

----- Face a exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

## 6 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

### 6.1 - GABINETE DE ESTUDOS E PROJETOS

#### 6.1.1 - INF - Águas Balneares - Candidatura Bandeira Azul 2017

----- Foi presente uma Informação do Gabinete de Estudos e Projetos, do seguinte teor:

----- “Conforme é do conhecimento de V. Exas., encontram-se abertas as candidaturas das Praias, Portos de Recreio e Marinas ao Programa Bandeira Azul 2017 que este ano é subordinado ao tema “O teu Planeta é a tua Terra.” -----

----- O prazo limite de candidatura dos promotores é o dia 31 de Janeiro de 2017. -----

----- Tendo o município demonstrado interesse em promover as suas águas balneares (conforme proposta provisória de classificação das águas balneares, costeiras e interiores, a identificar em 2017) de Santa Luzia, Pessegueiro e de Pampilhosa da Serra com classificação de excelentes, a presente informação esclarece as condições de adesão. -----

----- De acordo com o guia de interpretação dos critérios Bandeira Azul para as Praias, “O Programa Bandeira Azul para praias e marinas é desenvolvido pela Fundação para a Educação Ambiental (FEE), uma organização não-governamental e sem fins lucrativos. Este Programa, anteriormente designado de Campanha Bandeira Azul teve início em França, em 1985, e tem sido desenvolvido na Europa desde 1987. A partir de 2001 foi alargado a outros continentes. Atualmente a Bandeira Azul é reconhecidamente um Programa com um número crescente de países aderentes. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- O Programa tem como fundamento promover o desenvolvimento sustentável em áreas costeiras, fluviais e lacustres a partir do desafio aos responsáveis e gestores de praias locais para alcançar padrões de excelência num conjunto de critérios que envolvem a educação ambiental, a qualidade da água balnear, a gestão da praia, serviços e segurança. O objetivo é tornar possível a coexistência do desenvolvimento do turismo a par do respeito pelo ambiente local, regional e nacional. A longa existência do Programa demonstra que é considerado e reconhecido como um eco-label para operadores turísticos, decisores e público em geral.-----

----- Os Critérios Bandeira Azul para as praias deverão ser entendidos como mínimos, visto que, depois de prévia aprovação do Conselho Consultivo da FEE, os Programas Nacionais poderão ser mais exigentes no cumprimento dos critérios. Os critérios podem ser consultados no portal da ABAE e/ou na documentação de candidatura.-----

----- Bandeira Azul\_Regulamento (breve caracterização) -----

----- A candidatura é individual para cada praia e é efetuada na Plataforma eletrónica, disponível no sítio da Associação Bandeira Azul da Europa.-----

----- A documentação obrigatória, a apresentar de cumprimento de critérios e demais documentação, carece de assinaturas. Todos os documentos que implicam assinatura de responsáveis deverão ser digitalizados e anexados (upload) na candidatura.-----

----- A candidatura ao Programa Bandeira Azul 2017, de acordo com o "Regulamento Anexo IV serviço de candidatura", implica o pagamento dos valores nele referido: (ver anexo IV) -----

----- DESCRIÇÃO -----

----- VALOR p/ unidade -----

----- SERVIÇO DE CANDIDATURA AO GALARDÃO POR PRAIA (inclui uma BA ----  
----- 150x225) - 400 € -----

----- Nota 2: Solicita-se que na eventualidade de ser necessária, uma requisição anterior à data da fatura, de qualquer um dos serviços prestados pela ABAE/FEE Portugal, seja enviada juntamente com a candidatura, pois assim que a candidatura dá entrada na Coordenação Nacional é elaborada a proposta/orçamento correspondente e posteriormente a fatura." -----

----- A duração da época balnear para cada água balnear (Pampilhosa da Serra; Pessegueiro e Santa Luzia) é a compreendida entre 01 de julho de 2017 e 31 de agosto de 2017, de acordo com a informação enviada à Agência Portuguesa do Ambiente, aguardando-se a confirmação da aceitação e respetiva publicação em portaria. -----

----- Assim e concordando, o teor da presente informação deve ser cabimentado pelos serviços de contabilidade e a informação submetida e aprovada em reunião de câmara com vista à efetiva realização das candidaturas. " -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 6.2 - OBRAS PÚBLICAS

##### 6.2.1 - Alteração ao loteamento da Quinta de S. Martinho\_3ª\_Informação final após discussão pública

- PROMOTOR: Município de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma Informação da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, do seguinte teor: -----

----- "O loteamento da Quinta de S. Martinho foi aprovado em reunião de Câmara de 16/02/2000.-----

----- Em reunião de Câmara de 02/05/2001 foi aprovada uma alteração ao citado loteamento.-----

----- Por deliberação em reunião de Câmara de 10/08/2010 foi aprovada uma segunda alteração ao citado loteamento.-----

----- Com o decurso dos anos o loteamento da Quinta de S. Martinho tem sido um instrumento de gestão territorial, do qual a Autarquia se tem socorrido tanto para captar investimento para o concelho e deste modo inverter a tendência de desertificação, como para responder a questões habitacionais de famílias com menores recursos económicos e à instalação de serviços e equipamentos potenciadores de desenvolvimento.-----

----- Neste sentido e de forma a responder aos pressupostos que estiveram na origem da execução deste loteamento por parte desta Autarquia e aos desafios que se têm colocado ao longo dos tempos, foi aprovada em reunião de Câmara de 28 de novembro de 2016 a proposta de 3ª alteração ao loteamento.-----

----- A citada proposta foi sujeita a discussão pública, conforme aviso nº 15365/2016 publicado no Diário da República, 2ª Série, nº234 de 07 de dezembro de 2016, aviso publicado no Diário de Coimbra de 08 de dezembro de 2016, página 07, afixação de edital em lugar de estilo no edifício do Município da Câmara Municipal e publicitação na página web do Município. -----

----- Durante o período de discussão pública foi somente recebida uma comunicação do Villa Pampilhosa Hotel referindo a sua concordância com as alterações.-----

----- No seguimento do atrás descrito, as alterações introduzidas são as seguintes: -----

----- 1) A área do lote 1E passa de 517,00 m² para 668,00 m² por integração de 151,00 m² do lote 7E. A área máxima de implantação e de construção de anexos passa a ser respetivamente de 90,00 m² cada em detrimento dos atuais 50,00 m². Os restantes parâmetros e características mantêm-se inalteráveis;-----

----- 2) A área do lote 2E passa de 397,00 m² para 558,00 m² por integração de 161,00 m² do lote



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

7E. A área máxima de implantação e de construção de anexos passa a ser respectivamente de 90,00 m<sup>2</sup> cada em detrimento dos atuais 50,00 m<sup>2</sup>. Os restantes parâmetros e características mantêm-se inalteráveis;-----

----- 3) A área do lote 3E passa de 397,00 m<sup>2</sup> para 558,00 m<sup>2</sup> por integração de 161,00 m<sup>2</sup> do lote 7E. A área máxima de implantação e de construção de anexos passa a ser respectivamente de 90,00 m<sup>2</sup> cada em detrimento dos atuais 50,00 m<sup>2</sup>. Os restantes parâmetros e características mantêm-se inalteráveis;-----

----- 4) A área do lote 4E passa de 397,00 m<sup>2</sup> para 558,00 m<sup>2</sup> por integração de 161,00 m<sup>2</sup> do lote 7E. A área máxima de implantação e de construção de anexos passa a ser respectivamente de 90,00 m<sup>2</sup> cada em detrimento dos atuais 50,00 m<sup>2</sup>. Os restantes parâmetros e características mantêm-se inalteráveis;-----

----- 5) A área do lote 5E passa de 397,00 m<sup>2</sup> para 558,00 m<sup>2</sup> por integração de 161,00 m<sup>2</sup> do lote 7E. A área máxima de implantação e de construção de anexos passa a ser respectivamente de 90,00 m<sup>2</sup> cada em detrimento dos atuais 50,00 m<sup>2</sup>. Os restantes parâmetros e características mantêm-se inalteráveis;-----

----- 6) No lote 3D a área máxima de construção passa de 700,00 m<sup>2</sup> para 1.500,00 m<sup>2</sup> e a área máxima de implantação de 350,00 m<sup>2</sup> para 1.250,00 m<sup>2</sup>. Os restantes parâmetros e características mantêm-se inalteráveis;-----

----- 7) No lote 4D a área máxima de construção passa de 4.626,55 m<sup>2</sup> para 6.000,00 m<sup>2</sup> e a área máxima de implantação de 2.966,30 m<sup>2</sup> para 4.000,00 m<sup>2</sup>. Os restantes parâmetros e características mantêm-se inalteráveis;-----

----- 8) A área do lote 7E passa de 11.600,00 m<sup>2</sup> para 5.862,00 m<sup>2</sup> devido à cedência de 151,00 m<sup>2</sup> para integração no lote 1E, 161,00 m<sup>2</sup> para integração no lote 2E, 161,00 m<sup>2</sup> para integração no lote 3E, 161,00 m<sup>2</sup> para integração no lote 4E, 161,00 m<sup>2</sup> para integração no lote 5E e 4.943,00 m<sup>2</sup> para integração em zona verde. O número máximo de pisos passa de 4 para 2.-----

----- Os restantes parâmetros e características mantêm-se inalteráveis;-----

----- 9) No lote 8E a área máxima de construção passa de 7.000,00 m<sup>2</sup> para 8.000,00 m<sup>2</sup> e a área máxima de implantação de 3.000,00 m<sup>2</sup> para 3.500,00 m<sup>2</sup>. Os restantes parâmetros e características mantêm-se inalteráveis;-----

----- 10) A área destinada a zonas verdes públicas foi aumentada passando de 16.768,00 m<sup>2</sup> para 21.320,00 m<sup>2</sup>;-----

----- 11) A área destinada a estacionamento é de 3.316,50 m<sup>2</sup>;-----

----- 12) A área destinada a passeios é de 7.636,50 m<sup>2</sup>;-----

----- 13) A área destinada a via pública é de 16.370,00 m<sup>2</sup>;-----

----- 14) A área de lotes foi diminuída passando de 67.669,00 m<sup>2</sup> para 62.726,00 m<sup>2</sup>;-----

----- 15) A área máxima de implantação, excluindo anexos, foi aumentada passando de 18.186,80 m<sup>2</sup> para 20.620,50 m<sup>2</sup>;-----

----- 16) A área máxima de construção, excluindo anexos, foi aumentada passando de 43.088,55 m<sup>2</sup> para 46.262,00 m<sup>2</sup>;-----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- 17) Nos restantes lotes não atrás mencionados, mantém-se inalteráveis os parâmetros e regras; -----

----- Tendo em consideração o atrás descrito, e após as alterações introduzidas têm-se os seguintes valores, características e parâmetros urbanísticos: -----

----- A área do loteamento é de 111.369,00 m<sup>2</sup> e os limites são os definidos na planta síntese. -----

----- Da análise à planta síntese do loteamento temos os seguintes indicadores: -----

----- Área de lotes habitação / comércio e / ou serviços.....36.272,00 m<sup>2</sup>

----- Área de lotes de equipamentos.....26.454,00 m<sup>2</sup>

----- Área de zonas verdes..... 21.320,00 m<sup>2</sup>

----- Área afeta a via pública.....16.370,00 m<sup>2</sup>

----- Área afeta a passeios.....7.636,50 m<sup>2</sup>

----- Área afeta a estacionamento público.....3.316,50 m<sup>2</sup>

----- A área de intervenção do loteamento situa-se, de acordo com o Plano Director Municipal em vigor, em solos urbanizados, em aglomerado de nível I.-----

----- De acordo com o disposto no quadro 3 do artigo 15º do regulamento do Plano Director Municipal, o índice de implantação bruto máximo será de 0,50, o índice de construção bruto máximo de 1,50 e o nº máximo de pisos de 5.-----

----- Atento o atrás exposto e o previsto na presente alteração temos o seguinte:-----

Área Total do loteamento (m <sup>2</sup> )	Índice de Implantação Bruto máximo	Área de Implantação máxima (m <sup>2</sup> )	Área de implantação da alteração (m <sup>2</sup> )	Índice de Construção Bruto máximo	Área de construção máxima (m <sup>2</sup> )	Área de construção alteração (m <sup>2</sup> )
--------------------------------------------	------------------------------------	----------------------------------------------	----------------------------------------------------	-----------------------------------	---------------------------------------------	------------------------------------------------

111 369,00	0,5	55 684,50	20 620,50	1,5	167 053,50	46 262,00
------------	-----	-----------	-----------	-----	------------	-----------

----- De acordo com o disposto no artigo 13º do regulamento do Plano Director Municipal, é permitida a construção de anexos nas condições aí definidas e numa área máxima de 15% da área do lote, sendo que o previsto no loteamento dá cumprimento integral a tais disposições.-----

----- As alterações verificam-se todas em lotes pertença do Município com exceção do lote 8E, pertencente a Villa Pampilhosa Hotel.-----

----- Nestes termos propõe-se a presente alteração, conforme memória descritiva e peças desenhadas anexas, sendo que deverá ser submetida à apreciação e votação em reunião de Câmara e em caso de aprovação, efetuadas as atualizações e correções às cadernetas prediais e às inscrições na Conservatória do Registo Predial.-----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 7- DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

##### 7.1 - GABINETE DE AÇÃO SOCIAL

###### 7.1.1 - Ação Social Escolar

###### - Aluno André Martim Oliveira Matos

----- Foi presente uma Informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- *"No seguimento de um novo pedido de ação social escolar, referente à criança André Martim Oliveira Matos, venho por este meio remeter a proposta de apoio, após análise do processo:-----*

----- *Pedido: Alimentação. -----*

----- *Apoio: Isenção. -----*

----- *À consideração superior". -----*

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

###### 7.1.2 - Pedido de Apoio - Residência de Estudantes

----- Foi presente uma Informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- *"No âmbito do pedido de apoio para as mensalidades da Residência de Estudantes no ano letivo 2016/2017, relativas à jovem Catarina Rodrigues Martins, e tendo em conta a deliberação em reunião de Câmara do dia 14/11/2016, venho pelo presente remeter a seguinte proposta de apoio: -----*

Nome da aluna	Residência	Escalão de Subsídio	Mensalidade	Valor a pagar pelo Município	Valor a pagar pela família
Catarina Rodrigues Martins	Ribeira de Isna	B	83,84 €	62,88 €	20,96 €



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- À consideração superior." -----  
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----  
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 7.2 - CULTURA

##### 7.2.1 - Pedido de Cedência do Pavilhão Municipal pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa a Serra

----- A Câmara Municipal deliberou retirar da Ordem de Trabalhos o assunto em apreço, para efeitos de análise com os serviços competentes. -----

##### 7.2.2 - Proposta para continuidade do Apoio à Natalidade

----- Foi presente uma Informação dos Serviços de Cultura, do seguinte teor: -----  
----- "No seguimento do apoio que o Município tem dado a todas as crianças nascidas neste Concelho desde o ano 2008 e tendo em conta a aprovação da continuidade do referido apoio por mais um ano (01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016), na reunião de Câmara de 25/01/2016, venho por este meio propor a continuidade do referido apoio, renovando assim as Normas de Apoio à Natalidade para o ano de 2017, com aplicação entre 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017. -----  
----- À consideração superior." -----  
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----  
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

##### 7.2.3 - Proposta de Rescisão do Protocolo de Colaboração para o Funcionamento da Ludoteca/Biblioteca "Pampilho" de Pampilhosa da Serra - Ratificado em Reunião de Câmara de 07/06/2000 e de elaboração de Regulamento da Ludoteca Pampilho

----- Foi presente uma Informação da Divisão Sócio-Cultural e Educativa, do seguinte teor: -----  
----- "Na sequência do Protocolo de Colaboração celebrado entre a Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra e a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, ratificado em Reunião de Câmara de 07/06/2000, e atendendo ao seu atual desajustamento, venho por este meio colocar à



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*consideração superior a sua rescisão, de acordo com a Cláusula III do referido protocolo, bem como propor a elaboração de Regulamento da Ludoteca Pampilho."* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a rescisão do referido Protocolo bem como proceder à elaboração de Regulamento da Ludoteca Pampilho. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 7.3 - EDUCAÇÃO

#### 7.3.1 - Protocolo de Colaboração entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Associação EPIS - Empresários Pela Inclusão Social

----- Pela Senhora Vereadora Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, foi presente a seguinte Proposta: -----

----- Considerando que o Município de Pampilhosa da Serra prossegue como objetivo essencial o desenvolvimento sustentável da sua região, para o qual contribui, de forma determinante, a qualificação dos respetivos cidadãos; -----

----- Considerando que é estratégia do Município de Pampilhosa da Serra contribuir com medidas locais de combate ao insucesso, absentismo e abandono escolar, através do envolvimento e articulação dos agentes e parceiros educativos; -----

----- Considerando que o Município de Pampilhosa da Serra tem vindo a promover e apoiar projetos que visam promover o sucesso educativo dos alunos, através do desenvolvimento de competências, para desta forma permitir o aumento dos níveis de escolaridade e de qualificação; -----

----- Considerando que a Associação EPIS - Empresários pela Inclusão Social, tem como missão a promoção da inclusão social da educação, tendo vindo a focar-se na capacitação dos jovens, com insucesso escolar, para a realização do seu potencial ao longo da vida, através de projetos de grande relevância a nível nacional, nomeadamente o projeto global da Epis denominado "Rede de mediadores de capacitação para o sucesso escolar", numa abordagem de mediação que inclui a família, a escola e o meio envolvente, recorrendo a metodologias de trabalho de reconhecida eficácia; -----

----- Tendo em conta que com o estabelecimento desta parceria o Município poderá propiciar ao agrupamento escolar ferramentas de diagnóstico e de intervenção para o sucesso e às famílias apoio para as suas crianças, envolvendo-as num compromisso para o sucesso dos seus filhos, disponibilizando acompanhamento através de mediadores educativos e de equipa multidisciplinar de apoio; -----

----- Em suma, o estabelecimento desta parceria vem potenciar os objetivos que cada



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

um visa prosseguir, existindo, assim, convergência de interesses e vontades na implementação de medidas locais de prevenção do insucesso escolar; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal, após apreciação, delibere: -----

----- 1 - Aprovar a Minuta do Protocolo a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Associação EPIS - Empresários pela Inclusão Social, anexa à presente Proposta;

----- 2 - Atribuir à EPIS, NIPC 507 827 414, um subsídio no montante total de 9.958,58 Euros, destinados a apoiar financeiramente a realização das atividades inerentes à concretização dos fins e objetivos que se visam alcançar, o qual deverá ser pago do seguinte modo: -----

----- 2017 - um mês após o final do ano letivo 2016/2017, cumpridas as obrigações a que o Protocolo respeita: 4.979,29 Euros; -----

----- 2018 - um mês após o final do ano letivo 2017/2018, cumpridas as obrigações a que o Protocolo respeita: 4.979,29 Euros. -----

----- Sendo que este encargo que resulta para a Câmara Municipal tem cabimento nas rubricas do Orçamento do Município, com a Classificação Orgânica 0102, Classificação Funcional 211 Classificação Económica 040701 e Código de GOP 02 211 2012/9052 Ac. 2 e está comprometido de acordo com o número sequencial de compromisso 21905/2017, conforme informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia anexa. -----

----- Designar a Técnica Superior, Sílvia Alexandra Gaspar Marques, a quem cumprirá a coordenação científica e técnica da execução do protocolo em questão, em representação do Município de Pampilhosa da Serra. -----

----- 4 - Conferir poderes ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para outorgar o referido Protocolo. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade: -----

----- 1 - Aprovar a Minuta do Protocolo a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Associação EPIS - Empresários pela Inclusão Social, anexa à presente Proposta;

----- 2 - Atribuir à EPIS, NIPC 507 827 414, um subsídio no montante total de 9.958,58 Euros, destinados a apoiar financeiramente a realização das atividades inerentes à concretização dos fins e objetivos que se visam alcançar, o qual deverá ser pago do seguinte modo: -----

----- 2017 - um mês após o final do ano letivo 2016/2017, cumpridas as obrigações a que o Protocolo respeita: 4.979,29 Euros; -----

----- 2018 - um mês após o final do ano letivo 2017/2018, cumpridas as obrigações a que o Protocolo respeita: 4.979,29 Euros. -----

----- Sendo que este encargo que resulta para a Câmara Municipal tem cabimento nas rubricas do Orçamento do Município, com a Classificação Orgânica 0102, Classificação



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

Funcional 211 Classificação Económica 040701 e Código de GOP 02 211 2012/9052 Ac. 2 e está comprometido de acordo com o número sequencial de compromisso 21905/2017, conforme informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia anexa. -----

----- Designar a Técnica Superior, Sílvia Alexandra Gaspar Marques, a quem cumprirá a coordenação científica e técnica da execução do protocolo em questão, em representação do Município de Pampilhosa da Serra. -----

----- 4 - Conferir poderes ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para outorgar o referido Protocolo. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

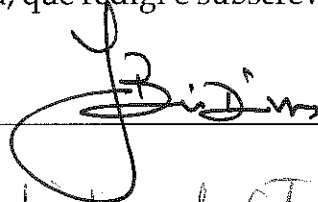
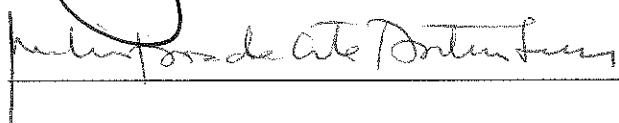
### III - PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- A Câmara Municipal, concedeu uma hora de período aberto ao público, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Esgotado que foi o tempo e não tendo aparecido nenhum munícipe, o Sr. Presidente deu por terminado o período aberto ao público. -----

### ENCERRAMENTO

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi declarada encerrada a reunião, quando eram onze horas, dela se lavrando esta ata, que foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que redigi e subscrevi. -----

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_